

Turquia e a Primavera Árabe 10 anos depois: do país modelo para o Oriente Médio ao “descrédito” na cena internacional?

Waldeir Eustáquio dos Santos¹

O professor Oran (2010) apresenta em sua obra a cultura política da Ásia Central, onde o pão e o kebab são característicos e as pessoas estão mais acostumadas a viver sob a autoridade, tanto no ambiente doméstico como na vida pública. Segundo o professor, na Turquia pode-se perceber os dois extremos, pessoas podem viver e aceitar a opressão e a dificuldade, mas ao mesmo tempo expressar reações desproporcionais internamente ou externamente². Essa descrição auxiliará na compreensão desta análise e em outros diálogos que surgirem a partir desse debate.

Autores como Yavuz (2003) afirmam que o Islã nunca deixou de fazer parte da identidade política da Turquia, permaneceu algumas vezes, forçadamente ofuscado, mas sempre presente. Portanto, o conflito secularismo x religião foi a marca e o motivo de vários confrontos internos. Quando em 1923 Atatürk proclamou a República, após a Guerra de Libertação, ele o fez declarando o Estado Secular. Kadioğlu (2012) lembra, como outros autores, que a religião reaparece no ambiente político mundial após a II Grande Guerra, contudo, na Turquia foi diferente. Apesar de ser um país secular, desde a Proclamação da República, por Atatürk em 1923, o Islã permaneceu e ainda hoje molda a Identidade Política Turca. Tanto que o próprio Mustafá Kemal Atatürk, criou em seu governo uma Diretoria de Assuntos Religiosos.

Pode-se dizer que a década de 1950 foi significativa em vários aspectos, dentre eles, destaca-se o fim do unipartidarismo e o nascimento da tendência à modernização no Islã Turco. Com isso, as Mesquitas em pequenas comunidades, foram transformadas em estruturas semipolíticas, dando ênfase ao desenvolvimento do país – uma simbiose entre Islã e questão econômica. Daquele momento em diante, as comunidades viviam a política e a religião, ora buscando afastá-las, ora tentando conciliá-las. Durante aproximadamente 50 anos, vários partidos com identidade islâmica foram criados, mas os Governos e os Militares fecharam esses partidos com o argumento de defesa do secularismo. Até que,

¹ Professor do Departamento de Serviço Social da PUC MINAS. Membro pesquisador do GEOMM (Grupo de Estudos do Oriente Médio e Magreb). Email.: waldeir@pucminas.br.

² A descrição refere-se principalmente às reações aos diversos conflitos que ocorreram no período de 2013 a 2015 entre sociedade civil turca e forças policiais. Os confrontos estavam relacionados diversos aspectos, como questão política, de comércio e meio-ambiente.

como herança desses grupos políticos, nasceu no final dos anos 1990, o AKP (Partido da Justiça e do Desenvolvimento), sob a liderança de Recep Tayyip Erdoğan.

No início do século XXI a Turquia caminhava na direção de um modelo de democracia “espelhado” na Europa e tinha o objetivo claro de se tornar membro da Comunidade Europeia. Foram realizadas adaptações nas Leis internas, de forma a atender às orientações europeias sobre os Direitos Humanos e com base na ideia de modelo democrático. Segundo Kadioğlu (2012), de 2002 a 2005 foram os anos do reformismo e harmonização da legislação rumo à União Europeia. A eleição do AKP demonstrava para o mundo que a Turquia mudara, um partido “islâmico” defensor dos Direitos Humanos e que buscava concretizar o antigo sonho do fundador Mustafá Kemal Atatürk, ocidentalizar a Turquia. A Turquia mostrava que democracia, islã e desenvolvimento econômico poderiam estar juntos.

A Política Externa da Turquia (PET) foi pensada no início do Governo AKP como uma estratégia de geopolítica civilizacional, nas palavras de Bilgin (2005). Ficou mais conhecida como “Zero problemas com vizinhos”, o que mais tarde, no início da Primavera árabe, traria sérios conflitos éticos para o Governo Turco. Essa PET foi arquitetada pensando em ganhos mútuos, através da interdependência econômica e por laços de afinidade cultural. O fato de ser um governo islâmico trouxe para o debate a questão do Neo-Otomanismo, ou seja, o desejo de liderança do Oriente Médio, como nos tempos do Império. Mesmo com isso, o AKP manteve o discurso e ressaltou o caráter democrático de sua gestão. A maior esperança era que a partir daquele momento histórico, a Turquia pudesse ressignificar a importância das minorias religiosas e étnicas, principalmente dos curdos. Mas a questão curda sempre ressurgiu, como inquietação no país, e a partir de 2006/2007 os curdos foram novamente esquecidos do ponto de vista da promoção social.

Segundo Oran (2012), por várias vezes, ao longo de sua existência a Turquia foi apontada como “modelo”. A primeira vez que isso ocorreu foi ainda no Governo de Atatürk, quando vários líderes de países vizinhos se encantaram com as reformas kemalistas. A segunda, foi nos anos de 1950, período em que um partido religioso ascendeu ao poder. A terceira vez que a Turquia foi apontada como modelo, ocorreu no fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), naquele período a Turquia deveria servir de inspiração para os países de maioria muçulmana da Ásia Central. Por fim, o discurso de país modelo foi retomado nos tempos da Primavera Árabe.

Em 2011, quando se iniciou os eventos da “Primavera Árabe” o mundo voltou seu olhar para a Turquia com ansiedade e esperança. Ansiedade para ver qual seria a postura

dos turcos diante daquele evento e esperança pois imaginavam que nasceria de fato um grande líder regional. Se transformando nesse líder, e defendendo aspectos democráticos, conseqüentemente a política doméstica turca passaria por mudanças significativas. Cabe ressaltar que para se tornar um líder regional a Turquia enfrentaria resistências de outros atores regionais como Israel, Irã e Arábia Saudita. Encontraria resistência também de atores globais como Rússia, em alguma medida dos EUA e parte da Europa.

A Primavera Árabe trouxe várias conseqüências para o Oriente Médio, conflitos, quedas de Governos, entre outros. Um desses grandes problemas foi o deslocamento forçado. Segundo informações da ONU, em 2015, eram mais de 3.9 milhões de refugiados sírios espalhados por Turquia, Egito, Líbano, Jordânia e Iraque. No início do conflito, a Turquia esperava receber aproximadamente 50.000 (cinquenta mil) sírios. Imaginava-se, um conflito rápido, contudo, estima-se que vivam na Turquia atualmente cerca de 4 milhões de refugiados sírios³.

A Primavera Árabe apresentou naquele momento questões internas de diversos países, como Síria, Líbia, Egito, Tunísia, todos esses países tiveram sua estrutura governamental e ditatorial exposta. O Irã foi um caso interessante, pois, saiu aparentemente ileso naquele momento. As mídias sociais também foram relevantes para a construção desse evento histórico. Acredita-se que inclusive no ano de 2013 jovens brasileiros e turcos mantiveram contato e articulações sobre os protestos que aconteceram nos dois países.

Contudo, com o passar dos anos a situação política da Turquia foi sendo transformada e os acontecimentos de 2013 significaram um primeiro ponto de inflexão da política turca. Segundo Yazici (2014), muitas prisões ocorreram, a polícia usou força excessiva, muitas pessoas feridas nos hospitais e 11 (onze) mortos no total. Esse episódio alterou a relação do governo com a sociedade civil e fragilizou a imagem “democrática” que o governo sustentava. Os eventos do “Gezi Park” se iniciaram no dia 28/05 quando ativistas tentaram barrar a demolição do parque em Istambul – no local seria construído um shopping -, a polícia agiu com violência para reprimir a manifestação. No dia 31/05 várias pessoas marcharam para o parque, enquanto outros manifestantes se dirigiram para a Praça Taksim, e esse movimento despertou pessoas, principalmente jovens, em outras cidades, onde as marchas também aconteceram.

³ <https://www.aljazeera.com/news/2020/12/22/how-turkey-became-a-hub-for-arab-spring-exiles>.

Outro ponto de inflexão para a política turca foi o surgimento do ISIS (*Islamic State of Iraq and Syria*). Em 2014 a Síria e o Iraque serviram como berço para o nascimento do “Estado Islâmico”, uma combinação de organização social, militar, religiosa e terrorista que se autoproclamou restaurador do Califado. Bem, a questão que importa aqui é dizer que várias acusações surgiram de que o Governo de Ancara dava sustentação a essa organização, inclusive com armamentos, que atravessavam a Turquia e eram entregues na fronteira com a Síria, essas acusações partiam de jornalistas turcos, de parte da mídia internacional e de outros países, mas principalmente da Rússia.

Cabe destacar nessa análise os eventos de 2015 e 2016, esses sim, somados podem simbolizar um grande divisor de águas na ideia de democracia e mesmo na história da Turquia Moderna. Em 2015, os Curdos turcos acusaram o Governo de Erdogan de ser benevolente com o Estado Islâmico. Como resposta a essa situação, o PKK iniciou uma série de ataques às forças policiais e militares dentro do país. Para os turcos e boa parte dos países ocidentais o PKK é considerado um grupo terrorista. O PKK se autodenomina um Partido político de esquerda, o Partido dos Trabalhadores do Curdistão. Foram vários confrontos entre as forças de segurança e o PKK, com muitas mortes dos dois lados.

Durante todo o ano de 2015, a cada morte de um policial ou de um militar, aconteciam grandes eventos funerários transmitidos pelos canais de televisão pró-governo. Em algumas dessas celebrações, que ocorriam em importantes Mesquitas, por vezes o Presidente e o Primeiro Ministro participavam. Faziam discursos inflamados e acusavam o PKK e os curdos de terroristas, proclamavam os soldados como heróis nacionais e mártires e criavam situações de ódio ainda maior entre os povos.

Paralelamente a isso, surgiu o conflito entre o Presidente Recep Tayyip Erdoğan e o Movimento Hizmet. Em 2015, o Hizmet controlava bancos, escolas, a mídia (TV e Rádio) e grandes empresas da Turquia, além de parte significativa da máquina estatal. O Hizmet exercia uma espécie de *soft power*, pois era responsável por divulgar a cultura e a religião turca por diversos países do mundo, entre eles, o Brasil. O líder do Hizmet vive exilado nos Estados Unidos desde de 1999. Algumas fontes da imprensa turca e mesmo acadêmicos afirmam que havia uma relação íntima entre Hizmet e AKP desde o início dos anos 2000. Intimidade essa que se rompeu entre 2014 e 2015, em virtude de várias questões, entre elas trocas de acusação de corrupção. Como consequência desse rompimento, em 2015, o Governo de Erdogan iniciou uma campanha interna e internacional de desmobilização do Movimento Hizmet. Fechou várias empresas, bancos e escola e muitas pessoas foram presas.

Para aumentar a tensão interna houve uma tentativa de golpe em 2016. Fontes ligadas ao governo de Ancara acusam o Hizmet de promover essa tentativa de golpe. Algumas outras fontes jornalísticas chegaram a dizer que pode ter ocorrido uma espécie de autogolpe, que foi descartada. Mas com essa tentativa de golpe, os jornalistas indicavam que seria mais fácil e justificável as medidas repressivas do Governo.

Assim sendo, pode-se afirmar que a Turquia no início do século e mesmo no surgimento da Primavera Árabe aparecia como um líder regional em potencial e com características democráticas, o que não se concretizou plenamente. Ou seja, é um país proativo, mas com diversos pontos de conflito que impossibilitam sua ascensão regional. Outra consideração, em 2023 a Turquia completará 100 anos, é uma data muito aguardada por todos no país, e provavelmente o “grande” nome desse evento será o de Erdoğan, que busca ser visto como “um sucessor” de Mustafá Kemal Atatürk.

Outro ponto relevante, a Turquia é um dos países do mundo que mais prende repórteres e acadêmicos, portanto, sempre tem sido questionada a liberdade de expressão. Os dois primeiros artigos da Constituição da Turquia declaram que o país é uma república democrática, secular e estado social de direito, contudo, esses pilares constitucionais podem estar sofrendo sérios ataques. Por fim, mas não menos importante, é a constatação de que a política de “zero problemas” com os vizinhos foi contraditória às questões do pragmatismo político e do interesse turco, o que certamente causou constrangimentos para o Governo de Ancara. Alguns “fantasmas” históricos rondam a Turquia: o episódio com os Armênios em 1915, a questão Curda e o caso do Chipre, são situações que sempre são lembradas quando se fala em protagonismo turco ou quando o Governo faz críticas contundentes a países como Israel, por exemplo.

Referências

BILGIN, Pinar. Turkey's changing security discourses: The challenge of globalization. In: **European Journal of Political Research** n° 44: 175–201, 2005.

KADIOĞLU, Ayşe. Limits of Conservative Change: Reform Choreography of the Justice and Development Party. In: ÖKTEM, Kerem; KADIOĞLU, Ayşe; KARLI, Mehmet. (orgs.). **Another Empire? A Decade of Turkey's Foreign Policy Under the Justice and Development Party**. Istanbul: Istanbul Bilgi University Press, 2012.

ORAN, Baskin. **Turkish Foreign Policy 1919 – 2006: facts and analyses with documents**. Salt Lake: The University of Utah Press. 2010.

ORAN, Baskin. A proactive policy with many hunches on the back. In: ÖKTEM, Kerem; KADIOĞLU, Ayşe; KARLI, Mehmet. (orgs.). **Another Empire? A Decade of Turkey's Foreign Policy Under the Justice and Development Party**. Istanbul: Istanbul Bilgi University Press, 2012.

YAVUZ, M.H. **Islamic Political Identity in Turkey**. New York: Oxford University Press, 2003.

YAZICI, Serap. Turkey's last ten years: from European democracy to autocracy. Acessado em 14/04/15. **Revista Perspectives**. Vol 11, mar/15, 2015. Disponível in - <http://tr.boell.org/tr/perspectives>.